

rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado;

Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto;

Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão;

Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego;

Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

11 de Novembro de 2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Pedro de Brito Conde Veiga*. — O Oficial de Justiça, *José Silva*.

305357846

### 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE FELGUEIRAS

**Anúncio n.º 18113/2011**

**Processo n.º 2855/09.4TBFLG-F — Prestação de Contas Administrador**

Insolvente: Fabicat — Calçados Unipessoal, L.<sup>da</sup>

Nos autos de Prestação de Contas Administrador n.º 2855/09.4TBFLG-F, a correr termos no 1.º Juízo do Tribunal Judicial de Felgueiras, a *Dr.ª Mara Sampaio*, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente(o) Fabicat — Calçados Unipessoal, L.<sup>da</sup>, NIF 507254406, Endereço: Lugar das Cruzes, Idães, 4610-000 Felgueiras, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE). O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

14-11-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Mara Sampaio*. — O Oficial de Justiça, *José Augusto Fonseca Mendes*.

305353609

### 3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GONDOMAR

**Anúncio n.º 18114/2011**

**Processo n.º 3987/11.4TBGDM — Insolvência de Pessoa Singular (Apresentação)**

Insolventes: Mário Paulo Salgado da Costa e Carla Isabel Teixeira Bernardes Pereira da Costa.

Credor(s): Banco Comercial Português, S. A. e outro(s).

No Tribunal Judicial de Gondomar, 3.º Juízo Cível de Gondomar, no dia 09-11-2011, às 12,00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es): Mário Paulo Salgado da Costa, estado civil: Casado, NIF 188164030, Endereço: Rua Particular Nuno Alvares Pereira, 100, 4.º Dt, 4420-001 Gondomar, Carla Isabel Teixeira Bernardes Pereira da Costa, estado civil: Casado, NIF 206537620, Endereço: Rua Particular Nuno Alvares Pereira, 100, 4.º Dtº, 4420-001 Gondomar, com domicílio na morada indicada. Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Rui Manuel Pereira de Almeida, Endereço: Rua 25 de Abril, 299, 3.º Dt.º Frt.º, S. Cosme, 4420-356 Gondomar. Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artº36 — CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados, correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artº128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que dispõemham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artº128.º do CIRE). Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artº128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 05-01-2012, pelas 14:15 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artº42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artº40.º e 42 do CIRE). Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artº25.º do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artº9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

10-11-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Daniela Pinheiro da Silva*. — O Oficial de Justiça, *Rosa Mesquita*.

305354476

### 2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

**Anúncio n.º 18115/2011**

Prestação de contas (CIRE) do Administrador Insolvência: *Dr.ª Paula Peres* no Processo: 194/07.4TBGMR-H. O *Dr. Filipe César Vilarinho Marques*, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e o insolvente Fernando Emiliano Vieira Barros Lobo, nascido em 14-01-1956, freguesia de São Sebastião [Guimarães], nacional de Portugal, NIF 162989628, BI 3465578, Endereço: Rua dos Cutileiros, n.º 2556, R/c, Creixomil, 4835-044 Guimarães, notificados para no prazo de 5 (cinco) dias, decorridos que sejam 10 (dez) dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE). O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

16-11-2011. — O Juiz de Direito, *Filipe César Vilarinho Marques*. — O Oficial de Justiça, *Maria do Carmo Iria Santos*.

305362202

### TRIBUNAL DA COMARCA DA GRANDE LISBOA — NOROESTE

Juízo de Comércio de Sintra

**Anúncio n.º 18116/2011**

**Processo n.º 21468/11.4T2SNT — Insolvência de pessoa singular (apresentação)**

Insolvente: Maria do Rosário Fialho Coré de Melo.

No Comarca da Grande Lisboa-Noroeste, Sintra — Juízo do Comércio de Sintra, no dia 15-09-2011, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Maria do Rosário Fialho Coré de Melo, estado civil: Casado, nascido(a) em 17-07-1967, concelho de Cascais, freguesia de Estoril [Cascais], NIF — 194952010, BI — 08189064, Endereço: Praceta Quinta do Espírito Santo Lote C 1.º Esq., 2635-647 Rio de Mouro, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Luís Manuel Iglésias Fortes Rodrigues, Endereço: Avenida de Roma, 29 — 6.º - Porta 6, 1000-263 Lisboa